

## ANEXO X

### ESTIMATIVA DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

(Art. 4º, § 2º, V, Lei Complementar nº 101/2000 e PLDO 2009, ART. 7º, XX)

R\$1.000	
<b>1. EXPANSÃO ESTIMADA DAS RECEITAS ADMINISTRADAS (RECEITAS DE IMPOSTOS E SUAS DERIVADAS)</b>	<b>793.988</b>
<b>2. EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS PREVISTAS PARA 2009</b>	<b>465.896</b>
<b>3. MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS (1-2)</b>	<b>328.092</b>

A margem de expansão das despesas de caráter continuado constitui-se de ações derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, cuja realização se estenda por mais de dois exercícios, conforme dispõe o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC nº 101/2000).

O objetivo precípua da margem de expansão é nortear a Administração Pública no processo decisório relacionado ao comprometimento dos recursos próprios do Ente Público, tais como: aumento de efetivo, criação de cargo, reestruturação de carreiras e outras despesas de manutenção das Instituições do Governo. Além disso, visa garantir a alocação de recursos para as ações obrigatórias constitucionais ou legais.

As despesas são identificadas em ações classificadas nos grupos de despesa 1 - pessoal; 2 - Juros e Encargos da Dívida; e 3 - Outras Despesas Correntes, as quais são definidas como "despesas correntes".

No âmbito do Distrito Federal, essas despesas são custeadas, em sua grande maioria, com recursos de impostos, IRPQN, dívida ativa, multas e juros de mora dos mesmos, motivo pelo qual se contabiliza neste relatório somente essas despesas financiadas com recursos de origem tributária, pois as demais receitas vinculadas e aquelas auferidas pelo próprio agente gerador, nos termos da lei, já lhes dão obrigatoriedade de execução.

Para dimensionar a margem de expansão, tomou-se por base a *diferença* verificada entre as estimativas das receitas de impostos e suas derivadas para o exercício de 2008 e a projeção das receitas para exercício de 2009.

Observa-se que as despesas relativas a serviços da dívida e a reajuste geral dos servidores, não devem ser consideradas para efeito do estabelecido no § 1º do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme dispõe o § 6º do art. 17 do citado normativo legal.

**MARGEM DE EXPANSÃO**  
**METODOLOGIA DE CÁLCULO DA RECEITA TRIBUTÁRIA**

R\$ 1.000

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	2008			PROJEÇÃO DA RECEITA PARA 2009	EXPANSÃO DA RECEITA PARA (2009-2008)
	REALIZ. JAN-MAR	PROJ. ABR-DEZ	TOTAL		
<b>RECEITAS CORRENTES DE ORIGEM TRIBUTÁRIA</b>	<b>1.708.563</b>	<b>5.128.605</b>	<b>6.837.168</b>	<b>7.631.156</b>	<b>793.988</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>1.663.452</b>	<b>4.983.844</b>	<b>6.647.296</b>	<b>7.433.589</b>	<b>786.293</b>
<b>IMPOSTOS</b>	<b>1.663.452</b>	<b>4.983.844</b>	<b>6.647.296</b>	<b>7.433.589</b>	<b>786.293</b>
<b>IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA</b>	<b>586.747</b>	<b>1.475.970</b>	<b>2.062.717</b>	<b>2.459.112</b>	<b>396.395</b>
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	158.661	183.395	342.056	392.166	50.110
IMPOSTO S/ A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	282.327	856.940	1.139.267	1.327.343	188.076
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTORES	103.459	334.689	438.148	559.110	120.962
IMPOSTO S/TRANS. CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO BENS E DIREITOS	5.671	15.293	20.964	25.934	4.970
IMPOSTO DE TRANS. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS	36.629	85.653	122.282	154.559	32.277
<b>IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO</b>	<b>1.076.705</b>	<b>3.507.874</b>	<b>4.584.579</b>	<b>4.974.477</b>	<b>389.898</b>
IMPOSTO S/ OP.CIRC. MERC. SERV. TRANSP. E COMUNICAÇÃO	902.574	2.909.516	3.812.090	4.127.409	315.319
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	148.436	524.433	672.869	743.410	70.541
ICMS/ISS/SIMPLES	25.695	73.925	99.620	103.658	4.038
<b>OUTRAS RECEITAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA <sup>(1)</sup></b>	<b>45.111</b>	<b>144.761</b>	<b>189.872</b>	<b>197.567</b>	<b>7.695</b>
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	6.854	27.326	34.180	35.565	1.385
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	5.045	17.597	22.642	23.559	917
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	33.042	99.292	132.334	137.699	5.365
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA AJUIZADA	170	546	716	744	28

**OBSERVAÇÃO:**

Na presente metodologia de cálculo da **Receita Tributária para 2009**, a qual visa levantar a **Margem Consignada para as Despesas de Caráter Continuado**, exercício de 2009, foram consideradas somente as receitas tributárias e suas derivadas, classificadas na Fonte de Recursos 100 - Ordinário Não Vinculado, ou seja, aquelas administradas pelo Governo do Distrito Federal, que não impliquem em vinculações diretas, a exceção de Educação e Saúde.

<sup>(1)</sup> As receitas de TLP, inclusive as decorrentes dela como Receitas da Dívida Ativa, e de Multas e Juros de Mora, não constam desse item, vez que estão classificadas com fonte de recursos diferentemente de 100.

A metodologia de cálculo das receitas tributárias para o exercício de 2009 a 2011 consta das considerações sobre as metas fiscais. Ver anexo II - Metas e Projeções Fiscais

**MARGEM DE EXPANSÃO**  
**METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS DESPESA OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**FINANCIADAS COM FONTE DE RECURSO 100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO**

R\$1.000

ITEM	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO AÇÃO	AÇÃO	LEGISLAÇÃO	VALOR		ACRÉSCIMO (B - A)
					LOA 2008 (A)	ESTIMATIVA PARA 2009 (B)	
1	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB	9999	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEB ( <i>Exceto</i> Pessoal e Enc. Sociais) <sup>(1)</sup>	(Art.60 ADCT CF/88 e Lei 9.424, de 24.12.96 e MP 339/2006)	118.077	128.657	10.580
2	Secretaria de Educação/Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho	2856	Programa Renda Minha	(Lei nº 2.759, de 31/07/2001);	69.076	75.265	6.189
3	Secretaria de Educação	2389	Manutenção do Ensino Fundamental	(Art. 60 ADCT CF/88);	102.236	111.396	9.160
4	Secretaria de Fazenda	9029/ 9030	Serviço da Dívida	(Resoluções nº 40 e 43 do Senado Federal)	70.649	76.979	6.330
5	99999	9033	Contribuição do Fundo de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	(Lei Federal nº 8 de 03/12/1970)	17.717	19.304	1.587
6	Fundo de Saúde do Distrito Federal	2155	Prevenção e Combate às Doenças Transmissíveis	(Lei nº 8.142, de 28/12/1990);	985	1.073	88
8	Secretaria Desenvolvimento Social e Trabalho	2629	Cestas Básicas da Solidariedade	(Lei nº 2.303, 21/01/1999 e Decreto nº 21.466, de 25/08/2000);	7.061	7.694	633
9	Secretaria Desenvolvimento Social e Trabalho	2630	Leite da Solidariedade	(Lei nº 8.142, de 28/12/1990);	26.402	28.768	2.366
10	Secretaria Desenvolvimento Social e Trabalho	2631	Pão da Solidariedade	(Lei nº 8.142, de 28/12/1990);	6.889	7.506	617
11	Secretaria Desenvolvimento Social e Trabalho	2884	Automação do Programa Pró-Família	(Lei nº 2.303, 21/01/1999 e Decreto nº 21.466, de 25/08/2000);	65	71	6
12	Secretaria Desenvolvimento Social e Trabalho	4994	Renda Solidariedade (Cartão da Solidariedade)	(Lei nº 2.303/99, Lei nº 3.116/2002; Decreto nº 23.726, de 15/04/2003);	22.894	24.945	2.051
13	Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho	4944	Programa Renda Universitária	(Lei nº 3.150, de 28/04/2003);	5.264	5.736	472
14	Fundação de Apoio a Pesquisa	9999	Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia do Distrito Federal	LODF, art. 195; e Lei nº 3.184/1999	38	41	3
15	9999	8502	Pessoal e Encargos Sociais <sup>(2)</sup>	Constituição Federal	3.550.255	3.639.011	88.756
16	Poderes Executivo e Legislativo	2287/2409/2583/2590/3760	Pessoal e Encargos Sociais (reajuste geral, nomeações, realinhamento de carreiras, gratificação de titulação e de produtividade concursos públicos) <sup>(2)</sup>	Constituição Federal	107.703	412.146	304.443
17	9999	9004	Inativos e Pensionistas <sup>(2)</sup>	Constituição Federal	123.304	126.387	3.083

**MARGEM DE EXPANSÃO**  
**METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS DESPESA OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**FINANCIADAS COM FONTE DE RECURSO 100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO**

R\$1.000

ITEM	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO AÇÃO	AÇÃO	LEGISLAÇÃO	VALOR		ACRÉSCIMO (B - A)
					LOA 2008 (A)	ESTIMATIVA PARA 2009 (B)	
18	9999	9001	Sentenças Judiciais	(Art. 100, CF/88; EC nº 30/2000);	124.105	135.225	11.120
19	9999	8504	Concessão de Benefícios a Servidores	(Lei nº 1.136, 10/07/96; 2.639, 07/12/2000; 2.944, 17/04/2002).	205.273	223.665	18.392
20	Fundo da Procuradoria Geral	2831	Coordenação dos Recursos do Fundo da Procuradoria Geral do DF	Lei Complementar nº 04/1994, art. 42 (CTDF)	725	744	19
					<b>4.558.718</b>	<b>5.024.614</b>	<b>465.896</b>

**OBSERVAÇÕES:**

9999 - refere-se a diversas unidades orçamentárias e/ou diversas ações.

Somente estão relacionadas neste relatório as despesas correntes (GND 1, 2 ou 3) financiadas com a fonte 100 - Ordinário não Vinculado

<sup>(1)</sup> As despesas de Pessoal do FUNDEB estão computadas no item 15 com as dos demais órgãos financiados pela fonte de recursos 100 - ordinário não vinculado.

<sup>(2)</sup> nas despesas de pessoal não constam sentença judicial de natureza alimentar (ação 9001) e nem as despesas classificadas como "outras despesas de pessoal" - terceirização (elemento 34, esta com ações específicas). Referem-se aos gastos incondicionais, corrigido apenas com % referente ao crescimento vegetativo. Os demais aumentos relativos a despesa de pes consta da linha 16.

**METODOLOGIA DA DESPESA PARA 2009**

1) As despesas com pessoal ativo e inativo constantes das linhas 15 e 17, foram corrigidas considerando crescimento vegetativo de 2,5%. As despesas referentes a aumento de pessoal, linha 16, estão discriminadas no Anexo IV da LDO, as quais são projetadas considerando-se as peculiaridades de cada uma.

2) As despesas referentes ao Fundo da Procuradoria Geral do DF, linha 20, para os Encargos da Dívida Ajuizada assumiu-se a arrecadação dos últimos doze meses até março/2008, atualizada monetariamente pelo INPC médio (4,14; 4,04;3,98) previsto para 2009 a 2011;

3) As demais despesas apresentadas no quadro foram corrigidas pelo PIB (4,41%) e IGP-DI (4,36%).